

# Fazendários em pauta

## Diferença salarial entre mulheres e homens: conheça o percentual no Brasil e no mundo

### SEM PARIDADE SALARIAL

01



No mês da mulher, vamos mostrar em tópicos, as diferenças salariais entre homens e mulheres em todo o planeta. A boa notícia é que 97 países têm leis determinando a paridade salarial entre gêneros, segundo o Banco Mundial. Conheça as estatísticas.

### PROJETO DE LEI

02



Diferentemente da área pública, a área privada no Brasil ainda não tem paridade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. Neste mês de março, com a proposta de reduzir essa desigualdade, o governo federal enviou ao Congresso Nacional um projeto para tornar a igualdade salarial obrigatória para profissionais que exercem a mesma função.

### LEI BRASILEIRA

03



Sabemos que a Constituição Federal e as leis trabalhistas já proíbem a disparidade salarial em função do gênero. No entanto, a prática ainda não é a realidade no Brasil. Pesquisa do IBGE constata que as brasileiras ganham, em média, 77,7% do salário dos homens. Detalhe: a população feminina brasileira tem um nível de escolaridade mais elevado.

### RELATORIO GLOBAL

04



Mundialmente, o problema é o mesmo. No Relatório Global de Desigualdades de Gênero do Fórum Econômico Mundial indica que, em todo o mundo, mulheres ganham 37% menos que os homens com as mesmas posições no ambiente corporativo.

### BOA NOTÍCIA

05



Um total de 97 países têm leis determinando a paridade salarial entre gêneros, segundo o Banco Mundial. “Embora as leis sejam o primeiro passo para garantir igualdade de gênero, implementação inadequada e fiscalização fraca continuam sendo barreiras críticas para o avanço dos direitos e oportunidades das mulheres”, informam os pesquisadores do Banco Mundial.

## Palestra debate a presença da mulher negra nas instituições públicas



No mês das mulheres, a auditora do Tesouro Municipal do Recife, Adriana Luzia, proferiu uma palestra sobre “A presença da mulher negra nas instituições públicas”. Ela é especialista em Gestão, Finanças e Políticas Públicas e, atualmente, integra a equipe de assessores da vice-prefeita do Recife, Isabella de Roldão.

A palestra on-line foi realizada no dia 15/3, no Evento “Mulheres que Inspiram”, para os Cursos de Ciência Política, Gestão Pública, Segurança Pública e Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais do Grupo Ser Educacional. Ela foi convidada pela professora Ana Flávia Rocha.

Adriana Luzia explica que a presença da mulher negra nas instituições públicas ainda revela profundas desigualdades. “A interseção de gênero e raça é fundamental para compreensão da desigualdade social brasileira. As diferenças entre mulheres brancas e negras precisam ser incorporadas ao estudo do feminismo para que políticas públicas voltadas às mulheres negras possam ser efetivamente eficazes para resolver os problemas que acometem essas mulheres de forma específica”.

A auditora informa que a mulher negra é que se encontra “na situação de maior desvantagem, sendo mais sensível aos impactos trazidos pela estrutura social e econômica”. Os dados estatísticos mostram isso. Segundo



Adriana Luzia jogou luz no tema gênero e raça, com foco na mulher negra.

o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao cruzar indicadores com o recorte de gênero e de raça as mulheres negras se encontram na base da pirâmide em diversos aspectos. Nas taxas de desemprego é a mulher negra que está nas taxas mais altas. No quesito salarial, a mulher negra é a que menos ganha. Ela recebe menos da metade dos rendimentos do homem branco, por exemplo.

Um dos entraves importantes neste cenário de gênero e raça, segundo Adriana Luzia, é o item racismo. “Sílvia Almeida, doutor em Filosofia e atual ministro dos Direitos Humanos, explica que o racismo estrutural deve ser compreendido como um processo em que a própria sociedade reproduz as condições de subalternidade de determinados grupos”.

## Conheça o perfil étnico-racial do funcionalismo público no Brasil

A auditora Adriana Luzia enfatiza que todo este cenário minoritário em oportunidades profissionais para mulheres negras, citado anteriormente, tem reflexos na área pública. “A questão racial desempenha um papel estruturante e central no conjunto das desigualdades da sociedade brasileira. Apesar de o ingresso no setor público exigir, em sua maioria, concurso público, as desigualdades também se manifestam neste espaço”.

Os negros estão proporcionalmente mais presentes no nível municipal, onde são mais frequentes atividades de implementação das políticas públicas e onde estão as menores remunerações médias do setor público. Entre os negros ocupados no setor público, 55,3% estão no nível municipal; 30,1%, no nível estadual; e 14,6%, no nível federal.

“A participação percentual de mulheres negras no setor público federal só ultrapassa 10% nas carreiras de magistério,



chegando a 14,9%. Em espaços como auditoria da Receita Federal, delegacia da PF e diplomacia, mulheres negras não chegam a 3% do total de servidores ativos”.



## Colegiado do Fisco Nacional entrega Pacto de Brasília a Bernard Appy

Entidades nacionais representativas da fiscalização de tributos do país estiveram reunidas com o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, para entregar o Pacto de Brasília, um documento que elenca uma série de princípios, considerados fundamentais pelas administrações tributárias, para a formatação da Reforma Tributária. O encontro aconteceu nesta terça (21/3), em Brasília. Conheça, na íntegra, o documento abaixo.

O colegiado do Pacto de Brasília tem como integrantes as representações associativas, sindicais e federativas dos servidores das administrações tributárias da União, Distrito Federal, estados e municípios.

As entidades signatárias do documento: Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim); Sindifisco Nacional – Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras de Administração Tributária da União, dos Estados e Distrito Federal (Febrafisco), Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) e Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita



Reforma Tributária está em processo acelerado e deve entrar na pauta do Congresso Nacional nos próximos dias

Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

O presidente da Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Fábio Macêdo, relatou a repercussão do documento. “O secretário defende que a operacionalização do conselho federativo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) fique a cargo de servidores das Administrações Tributárias dos estados e municípios. No caso de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, é importante que haja servidores com conhecimento de informática para definição dos sistemas de TI. Ele disse que não há intenção de retirar a autonomia da fiscalização dos entes federados e espera que haja uma atuação conjunta dos fiscos”.

## Conheça o Pacto de Brasília

**01** Respeito incondicional ao Pacto Federativo, preservando a autonomia dos entes federados na gestão tributária em sua jurisdição, no que tange à administração, fiscalização, arrecadação, cobrança, fixação de alíquotas e julgamento administrativo tributário;

**02** Manutenção no âmbito do ente federado de todas as competências e atribuições relativas à administração tributária e seus servidores;

**03** Julgamento administrativo tributário dos entes federados exclusivamente por servidores efetivos das administrações tributárias que detenham a competência do julgamento administrativo-tributário prevista em lei do respectivo ente tributante;

**04** Garantia do provimento exclusivo por servidores efetivos da administração tributária na gestão tributária do respectivo ente federativo, inclusive na eventual instituição de órgão interfederativo;

**05** No caso de instituição de órgão interfederativo colegiado suas competências serão limitadas à edição de regulamento nacional e harmonização, configuração do sistema de arrecadação e partilha de tributos direta aos entes federados e especificação geral dos sistemas de obrigações acessórias e de fiscalização e julgamento;

**06** Em caso de criação de órgão que esteja hierarquicamente acima do órgão interfederativo de gestão tributária, o mesmo só poderá ser provido por chefe de Poder Executivo, ministro, secretário ou equivalente da área da administração tributária e servidor de carreira das administrações tributárias dos respectivos entes federados.





## Entidades nacionais do fisco debatem Reforma Tributária em Brasília

A carta, intitulada Pacto de Brasília, também chegou à Câmara Federal. Oito entidades do fisco das esferas federal, estaduais e municipais participaram, no dia 21/3, de uma reunião com deputado federal e economista, Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho da Reforma Tributária. As instituições entregaram o documento com uma série de princípios considerados fundamentais pelas entidades para Reforma Tributária.

O colegiado é integrado pelas representações associativas, sindicais e federativas dos servidores ocupantes de cargos efetivos das Administrações Tributárias da União, Distrito Federal, estados e municípios. São signatárias do documento: Fenafim, Fenafisco, Anafisco, Febrafisco, Anfip, Sindifisco Nacional, Sindireceita e Unafisco Nacional.

“O encontro foi fundamental para demonstrar que há pontos comuns numa Reforma Tributária, entre eles, a preservação do Pacto Federativo e a autonomia dos entes federados na gestão e fiscalização de seus tributos”, disse o presidente da Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Fábio Macêdo.

O vice-presidente da Fenafim, Artur Mattos, considerou o encontro muito positivo. “A reunião foi proveitosa, mostrou a força quando o fisco está todo junto.

Essa proposta do Pacto de Brasília não é uma proposta que atende individualmente as entidades. Ela atende ao conjunto das entidades. Ou seja, a temática abordada é de interesse comum das três esferas dos fiscos, representando praticamente todas as entidades de fiscalização de tributos do país. Importante destacar que o deputado entendeu claramente a importância da administração tributária como agente de estado e o destaque que deve ser dado a ela qualquer que seja o modelo de Reforma Tributária”.



Fábio Macêdo entrega ao deputado Reginaldo Lopes o Pacto de Brasília

## Campanha salarial do fazendários do Recife em março

A categoria fazendária do município do Recife continua em campanha salarial. Até março, já foram realizadas cinco rodadas de negociações sobre a campanha salarial. O presidente do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical), Fábio Macêdo, tem mantido diálogo com a secretária de Finanças, Maíra Fischer. As reuniões contaram também com a presença do secretário executivo de Administração, Bruno Carneiro; o secretário-geral do Sindicato, João Victor de Araújo; e o auditor Manfredo Sarda.

**Reforma Tributária** – A categoria votou, por unanimidade, a autorização para que o Afrem Sindical possa deliberar sobre a Reforma Tributária, junto às entidades nacionais, defendendo a autonomia tributária municipal e promovendo esforços para a edição de Lei Orgânica do Fisco, que trate de forma isonômica as administrações tributárias federal, estaduais e municipais. “Em resumo, a Reforma Tributária não é simples e o cenário é de indefinição ainda”, relata Macêdo.



## Expediente

Fazendários em Pauta - **Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - Afrem Sindical**  
Edição: março/2023

Rua Professor Andrade Bezerra, 64, Parnamirim, CEP.: 52.060-270  
Fones: 81 3441.6044 | 99756.0826  
www.afremsindical.org.br  
afremsindical@afremsindical.org.br  
**Diretoria Executiva Biênio: 2022/2023**  
Presidente: **Fábio Macêdo**  
Secretário-geral: **João Victor**

Dir. de Assuntos Sindicais: **Filipe de Pinho**  
Dir. Social: **José Anchieta**  
Dir. Aposentados: **Antônio Gomes**  
Dir. Administrativo-financeiro: **Luiz Ferreira**  
Suplentes: **Ana Carolina e Hélio Max**  
Jornalista responsável e Edição: **Andréa Pessoa**  
e-mail: **andrea.pessoa14@gmail.com**  
Projeto gráfico e diagramação: **Alexandre Oliveira**  
e-mail: **alexandre@afrem.org.br**